

Processo nº 382/2000/002/2002
Ref: Auto de Infração nº 1005/2002
Autuada Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG

[Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "OAB/MG 76.603" and "Ana Paula Durães Rabelo"]

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – O DER/MG foi autuado em 2-7-2002 como incurso no item 6, do §3º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98, por ter cometido a seguinte irregularidade, *in verbis*:

"causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais (assoreamento ocorrido em área de drenagem natural e de açude localizados na Fazenda José Delfino/José Pereira de Souza)."

2 – O processo encontra-se formalizado. O Auto de Infração em epígrafe recebido, pessoalmente, por preposto do DER, no mesmo dia da sua lavratura, conforme assinatura aposta no documento de fls. 02. Todavia, apesar de regularmente notificada, a empresa não apresentou Defesa.

Desta feita, conforme dispõe a Deliberação Normativa COPAM nº 30/98, em seu art.36, parágrafo único, o presente processo deverá ser julgado de plano, senão vejamos:

"O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomado conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão."
(grifamos)

Não obstante, é oportuno ressaltar que o DER/MG apresentou medidas emergenciais de controle ambiental, as quais ensejariam a redução da multa em até 1/3 (um terço) pela atenuante prevista no art. 3º, inciso I, alínea "a" da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03. Todavia, à vista da ocorrência de uma agravante (ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia, pois a drenagem atingida localizava-se na Fazenda José Delfino/ José Pereira de Souza), haverá a compensação desta com a atenuante, uma vez que o seu patamar é, igualmente, de um 1/3.

II) Conclusão:

Diante do exposto, considerando que *não foi apresentada Defesa*, remetemos os autos à Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, sugerindo a aplicação de uma multa, no valor de **R\$ 26.603,56**, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea "b" (infração gravíssima, porte grande do empreendimento), c/c art. 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM nº 27/98, alterada pela DN COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2004.

[Handwritten signature of Ana Paula Durães Rabelo]
Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603